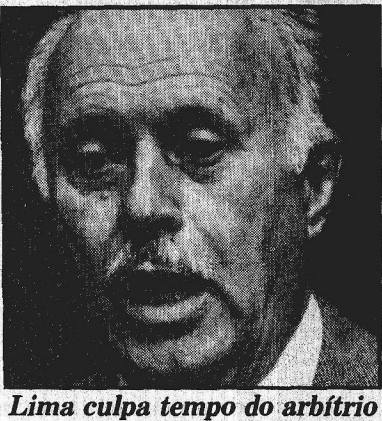




Lima culpa tempo do arbítrio

Favores deram 5 anos para Sarney

A prática viciada de alguns parlamentares legislarem em causa própria não se explica apenas por uma questão moral. De acordo com os deputados Paulo Paim (PT-RS) e Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE), os 20 anos de arbítrio, em que o Congresso só tinha a função homologatória dos atos do Executivo, permitiram que a maioria dos políticos se ocupasse com "a coisa miúda" da vida pública, como aumentos de vencimentos, mordomias e troca de favores, deixando de lado a seriedade com o trato da coisa pública.

O deputado Paulo Paim, cujo partido se opôs ao aumento dos parlamentares, diz que o Congresso está amargando os vícios da época do arbítrio, quando os parlamentares se limitavam a dizer sim aos ditames do Executivo e em troca recebiam favores, o que, em certo sentido, ainda acontece hoje, haja visto que muitos ganharam benefícios pessoais em troca do voto a favor de um mandato de cinco anos para o presidente José Sarney.

Propinas

Oswaldo Lima Filho concorda e conta ter conhecimento, sem revelar nomes, que alguns de seus pares receberam recursos da Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) como recompensa pelo mandato de cinco anos. Para o parlamentar pernambucano, o Congresso brasileiro se recusa de falta de tradição no exercício da plenitude do seu poder. Desde a época do Império ele tem tido sua existência interrompida várias vezes. Segundo Oswaldo Lima Filho, isso explica também "algumas práticas pouco éticas" dos parlamentares.

Paulo Paim vê ainda um outro fator mais grave em todo esse tipo de comportamento: o Congresso não está assumindo as responsabilidades que a nova Constituição lhe deu. Paim atribui essa atitude ao despreparo técnico do Legislativo e à confusão reinante entre os próprios parlamentares, que não estavam acostumados a responsabilidades. O deputado petista só vê uma forma de se superar esse problema, que é através da cobrança do eleitorado, que "aliás já deu uma demonstração de que quer mudar ao votar no PT nas últimas eleições".

Oswaldo Lima Filho também acredita que o comportamento dos parlamentares só mudará com a fiscalização do eleitor, "o que não tem acontecido até agora". O parlamentar pernambucano acha que também cabe à população uma parcela de responsabilidade no comportamento dos deputados e senadores, pois muitas vezes os votos são trocados por favores.

Ao contrário dos dois deputados, o líder em exercício do PFL, deputado Inocêncio de Oliveira (PE), prefere ver o problema de um ângulo inverso. Segundo ele, alguns partidos — os de esquerda e parte do PMDB — estão legislando em função das eleições ao darem tanta importância ao aumento dobrado em duas semanas dos subsídios dos parlamentares. Ao explicar sua posição sobre o assunto, o parlamentar divaga sobre as novas atribuições do Legislativo, diz que o fundamental agora é a elaboração do regimento interno da Câmara. (L.E.C.)